



QUANDO A MÍDIA FALA OU SILENCIA SOBRE A PRISÃO
O presídio como traço da sociedade disciplinar e o corpo disciplinado
como traço da sociedade de controle

Raquel Alvarenga Sena Venera

UNIVALI/ CEHCOM

A pequena cidade de Itajaí, litoral norte de Santa Catarina, esconde uma lacuna em sua história, especificamente quando se trata da história de uma minoria silenciada: mulheres presidiárias. Os jornais – importantes fontes e registros históricos –, silenciaram em suas pautas do início do século XX em relação a esse assunto. Na verdade é possível observar no *Jornal do Povo*, em Itajaí, que, somente no final da década de 1970 e início da década de 1980, começaram a ser publicadas, mais freqüentemente, notícias sobre crimes e outras violências. Talvez pelo acréscimo da criminalidade, talvez por intolerância a censuras sofridas anteriormente – de um governo ditador –, ou, quem sabe, ainda, para evidenciar um antigo problema? Novas formas de dizer sobre a mesma questão foram sendo anunciadas e parece, que o silêncio do presídio foi quebrado. Porém, as notícias começaram aparecer destacando o masculino, as mulheres continuaram sendo excluídas das notícias sobre violência.

Essa ausência de publicações não era um caso específico de uma cidade provinciana, esse fato foi observado por outros estudiosos. Elizabeth Canceli, ao escrever sobre a violência no Brasil, no início do século XX, diz: “Todos sabiam existir, temiam que existissem e tentavam encobrir sob a raiz do conservadorismo político, do reguardo da imagem do grande ditador e da cumplicidade com as ações do estado policial e totalitário”.¹ A prisão guarda uma história de encobrimento, de silêncio, de esquecimento social, mesclada à angústia daqueles que cruzam seu caminho: quer sejam prisioneiros(as), familiares de prisioneiros(as) ou profissionais inconformados(as) com o sistema corrosivo em vigência. Porém, o espaço prisional se apresenta como uma espada de dois gumes: ao mesmo tempo em que encobre, também é a visibilidade para um grupo de infratores.

¹ CANCELI, Elizabeth. **O mundo da Violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: UnB. 2. ed., 1994. p. 179.



Um grande eco neste silêncio foi ouvido desde 1953. Após um exame nos manuscritos do Partido Comunista, foi editado *Memórias do Cárcere*² – o nu da prisão. Talvez Graciliano Ramos não tenha sido o primeiro a escrever sobre as prisões no Brasil, mas, com certeza, inaugurou o tema contado em romance; capaz de envolver o leitor psicologicamente, tornando a denúncia da barbárie uma ferida mais evidente, fruto da angústia niilista do protagonista, do suor dos vencidos e da raiva dos condenados.

Podemos considerar que o texto de Graciliano foi uma forma de dizer sobre a prisão, possível de ser legível em seu tempo. Ao dizer ele destacou o visível; a prisão propriamente dita.

Anos mais tarde, voltando a cidade de Itajaí, em um outro momento histórico, 1986, o *Jornal do Povo* publicou uma página para a apresentação da nova instituição da cidade: o presídio localizado no bairro Nossa Senhora das Graças. Redesenhar arquitetonicamente a cidade, projeto aparente na história, desde os anos 30, continuava valendo e já fazia parte da forma de pensar das pessoas. Como apareceu claramente na memória de uma itajaiense:

[...] o terminal urbano era a estação de trem e a gente ia para o centro e passava do lado da cadeia, e eles soltavam gritos horríveis, era triste aquilo no centro da cidade, era uma vergonha, né? Agora a gente sabe que existe mas a gente não vê³.

A memória se mostra fantástica como o registro de um cotidiano carregado de relações, sentimentos e subjetividades construídas historicamente. Projetada a partir da definição do belo, arquitetada e difundida nas práticas cotidianas de embelezamento da cidade e consolidada na educação asséptica do que se deve tolerar e o que se deve limpar, os sujeitos vão, paulatinamente, construindo e instituindo seus valores e sua estética. É próprio da sociedade moderna esconder as exclusões, e isso se configura a memória das pessoas, “*existe, mas a gente não vê*”.

A velha cadeia, na área central, passou a ser ocupada apenas pela delegacia regional, e a massa excluída foi remanejada para a área periférica da cidade e da memória social. Nesta

² RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Círculo do Livro, [20-?].

³ Entrevista gentilmente concedida, em 2000, pela Sra. Ana Maria, ex-moradora do Bairro Fazenda (em frente a antiga estação de trem), filha da Sra Carlota Martinha que levava rosquinhas e biscoitos para os presos.

época, o Jornal do Povo publicou uma página para a apresentação da nova instituição da cidade: o presídio. Descreveu o funcionamento da nova instituição. Obviamente, este documento nos traz nuances do imaginário de uma época quando foi necessária a construção de um novo presídio, de novas classificações na divisão espacial. Como afirma Bethânia Mariani: *“o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário”*.⁴

Nesta oportunidade, o jornal explicou as divisões das galerias e o funcionamento da rotina para a reeducação do homem. A nova arquitetura, diferente da anterior, não dispunha de delegacia de polícia na parte superior, mas de instalações de guaritas em lugares estratégicos. A divisão dos detentos nas celas e galerias se dava por tipos de delitos praticados, assim evitava-se que o presídio se tornasse em um espaço para trocas de experiências de marginais.

Galeria A – Triagem (p/ os ainda não cadastrados)

Galeria B – Furto

Galeria C – Toxicômanos

Galeria D – Primários, menores e mulheres

Galeria E – Para roubos, latrocínios e homicídios graves⁵.

Divididos dessa maneira, eram subjugados por diversas regras e limites para a pretensa garantia de reeducação. O tempo era criteriosamente organizado, sob pena de subtração de privilégios como: direitos de hora do pátio, visita no parlatório, visita mensal individual (não sendo conjugal), alimentação externa ou, ainda, prisão no cubículo de isolamento nunca menor que 30 dias⁶. Além disso, promoviam-se jogos de futebol, cartas e xadrez, para exercício físico e mental. Ficamos perguntando até que ponto uma pessoa subtraída da liberdade de ir e vir conseguiria exercitar a saúde mental, ou, a disputa entre galerias

⁴ MARIANI, Bethania S. Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. p.33.

⁵ **JORNAL DO POVO**. Itajaí, 08 de março de 1986. Acervo Histórico de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

⁶ Ibid.

inconscientemente não era exatamente uma afirmação do próprio sistema do qual foram excluídos?

O jornalista, ainda assim, apresentando uma instituição carcerária, terminou sua matéria, destacando o valor dos direitos humanos, que eram “respeitados pelo organismo Policial responsável pela Administração e Segurança de Presídio de Itajaí”. Questionamos então, o que são os direitos humanos? Por quem foram decididos, e quem os legitimou? Aparece aqui – nas entrelinhas do imaginário de uma época.

Época esta em que se desenrolou – importante lembrar – o momento histórico do Brasil, em 1986. Era um momento em que, após muita luta, as eleições diretas circulavam nas discussões democráticas. No bojo desses discursos, construía-se o líder-mito de Tancredo Neves. Alguém que deveria ser o pai, ditar as regras viáveis, um braço forte para a caminhada democrática – que se revelava tímida – e que, mesmo após sua morte, continuou vivo por um bom tempo no imaginário coletivo de uma sociedade que pretendia dar vozes ao silêncio.

Será viável lembrar aqui, também, a tradição paternalista de algumas histórias do Ocidente. Como os impérios foram dizendo aos outros o que deveriam fazer e falar, como deveriam se comportar, como ser civilizados e, até mesmo, como *ser humanos*. Repugnante o que Peter Burke teve a sensibilidade de registrar:

Pouco antes de assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, as Nações Unidas consultaram a Associação Antropológica Americana e receberam como resposta que **não havia direitos humanos** (grifo meu) e que a declaração fora concebida “*em termos de valores prevalecentes nos países da Europa Ocidental e da América.*”

Mesmo assim o projeto seguiu adiante e foi assinado pelos membros, que provavelmente estavam com a razão⁷.

A sociedade moderna se sente, com a declaração dos direitos humanos, superior às sociedades anteriores pelo fato de, entre outras coisas, preservarem o corpo das torturas físicas; no entanto, ainda está no corpo o centro de suas atenções disciplinares:

⁷ BURKE, Peter. Mal-estar na civilização. Caderno Mais: **FOLHA DE SÃO PAULO**. 02/05/1999. p. 5.



O corpo, torna-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se as novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais.⁸

Diante disso, voltamos a perguntar o que é o discurso dos direitos humanos em relação a um presídio? Não conseguimos achar outra resposta além do que encontramos nas entrelinhas de Foucault: um poder pretenciosamente universal que se ergue, entre tantos outros, e se insere nos corpos e imaginários coletivos, instaurando diretrizes de condutas. O referido articulista do *Jornal do Povo* é o exemplo de um sujeito mergulhado no discurso de sua época, autorizado a registrar notícias de seu tempo, com a sua subjetividade explícita em seu texto, que por outro lado é construído sob a luz de uma certa objetividade. Neste movimento deixa um legado à história: uma fonte histórica acessível e possível de ser estudada.

Desde o início do século XX, somente esta fonte histórica foi preservada, ou talvez registrada, apresentando algum dado sobre as mulheres no espaço prisional em Itajaí. Verificamos que o lugar reservado às mulheres, porém, era dividido entre os pequenos delinquentes e os menores. Talvez por considerarem que seus delitos eram menores, e, por isso, pouco acrescentariam uns aos outros nas trocas de “malandragens”? Ou ainda, por considerarem a mulher menos agressiva? Parece-nos, claramente, que o estereótipo da passividade, docilidade da mulher, esteve presente nas decisões dos limites físicos do interior do novo presídio. Por diferentes motivos foi somente em 1997 que a galeria “F” foi inaugurada – exclusivamente feminina.

Além das estratégias normais da Casa de Detenção – guaritas, câmaras filmadoras, cadeados constantes e revista de visitas –, o ex-diretor (1999) do presídio, tenente Sansão, acredita que o maior projeto para se conseguir a ressocialização e a reeducação do apenado é a postura da equipe. “Aja com ele com lealdade, com confiança, dá integridade física e

⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 19. ed., 1999. p.132

moral, e ele te responde com disciplina e segurança”.⁹ A fala do Diretor remete a uma estratégia da equipe para manter a disciplina naquele espaço a partir de uma pseudo-integridade física e moral. Depois de a instituição ter subtraído tudo do sujeito, a equipe que o faz sentir-se um pouco mais humano conquista um pouco mais de disciplina. É como um pacto de lealdade.

1.1 O Presídio, a *sociedade disciplinar* e a *sociedade de controle*

No século XVIII, o filósofo utilitarista inglês, Jeremy Bentham, deu visibilidade a um projeto que marcaria a sociedade moderna: o Panóptico. Era um projeto arquitetônico de vigilância total, baseado na inspeção. Dois edifícios circulares concêntricos faziam parte da construção. No edifício exterior, ficariam as celas dos internos. Elas “são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação”,¹⁰ sendo que a construção era aberta para a constante vigilância, sem que os presos dessem conta disso, uma espécie de olho invisível – à noite, com as luzes projetadas nas celas, quem estava na torre se perdia na escuridão; e, durante o dia, o sistema de biombos e persianas não permitia que os detentos percebessem os vigias.

Este projeto “veio a calhar” em um contexto de exercício do utilitarismo em décadas posteriores. O sistema utilitário ideal, que coloca homens e mulheres a serviço pleno do Estado, foi explicado por Beveridge:

[...] não deveria ser um sistema industrial organizado que contivesse um espaço para todos que desejassem entrar, mas um sistema industrial em que todos que encontrassem um lugar deveriam obter ganhos médios, pelo menos dentro do padrão de subsistência saudável... A linha entre a independência e a dependência, entre o eficiente e o não-empregável, tinha de se tornar mais clara e mais ampla... Aqueles homens que, devido a deficiência em geral, **fossem incapazes de ocupar esse espaço “integral” no trabalho deveriam ser reconhecidos como não-empregáveis.** Deveriam se tornar

⁹ Entrevista gentilmente concedida pelo diretor do presídio em 1999.

¹⁰ FOUCAULT, op. cit.

dependentes reconhecidos do Estado a ser afastados do trabalho livre, com a perda completa e permanente de todos os direitos de cidadania – incluindo não apenas os direitos civis, mas **também a liberdade** e a paternidade civis. Além disso, àqueles, se houvesse algum, que tivesse nascido sem qualquer deficiência, mas que representavam um excesso ao número que o país pudesse sustentar, seria oferecida uma escolha clara: a perda da independência por seu confinamento em uma instituição pública, a emigração ou a morte imediata pela fome. Deveria ser proibida ao trabalhador eventual, e também ao trabalhador “com salário de miséria”, a morte lenta pela fome¹¹. (grifos nosso)

No século XX, as análises de Foucault sobre o *Panóptico* de Bentham tornaram-se, desde o livro *Vigiar e Punir*, um paradigma dos sistemas sociais de controle e vigilância total. O *panoptismo*, então, começou a ser entendido enquanto instrumento de controle de um sistema que não absorve todas as pessoas. Existem aquelas que escapam aos ideais de utilidade e são consideradas não-empregáveis. A estas pessoas restam a tentativa de redisciplinamento do corpo para o trabalho ou o confinamento, puro e simples, para mantê-las fora do contato público. Este disciplinamento individual caracteriza, então, o principal traço da sociedade moderna, o que Foucault chamou de *sociedade disciplinar*. Foucault propõe observar o *Panóptico* como um “local privilegiado para tornar possível a experiência com homens e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles¹². Um laboratório de poder que é exercido sobre e no corpo, sujeitando-o, transformando-o, dobrando seu interior, docilizando sua *alma*. A arquitetura da prisão, da escola, do hospital, do manicômio repousa suas histórias nesses princípios. São efeitos ou são os princípios da sujeição. São estruturas que dão suporte para a existência de determinados tipos de sujeitos ou traços de subjetividades.

Os saberes científicos são, neste contexto, as principais forças legítimas para analisar e apresentar soluções para os problemas prisionais. Mas, é a mídia que circula esses problemas ao público, dá visibilidade para o problema e para os discursos que rodeiam a questão

¹¹ BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p.91.apud BEVERIDGE, W. H. The Problem of the Unemployed, Sociological Paper 3 (1906), p. 327.

¹² FOUCAULT, op.cit., p.169



prisional. No entanto, nem sempre são os discursos científicos que ganham uma visibilidade maior na mídia, mas, ao ser projetado em grandes veículos de comunicação, adquirem um estatuto de verdade.

No final da década de 1990, estourou uma literatura¹³ no mercado que pretendeu ser um registro de uma experiência singular: trabalhar entre criminosos e sobreviver. Apesar de ser apenas uma literatura, a obra, além de narrar os acontecimentos, tenta tornar entendível o porquê daquela situação. A voz de quem fala ressoa o discurso médico e não desloca sua legitimidade popular para narrar os fatos na prisão, ou seja, a relação saber-poder não foi descolada. O sucesso da obra desdobrou no filme *Carandiru*, exibido recentemente com um sucesso indiscutível.

Acreditamos que o estouro de vendas, no caso do livro, e de bilheteria, no caso do filme, estiveram muito relacionado à curiosidade das pessoas de saberem o que se passa atrás das grades – é a mesma sensação de assistir a um filme de guerra e convencer-se que está longe dela e do horror que ela espalha.

A sociedade disciplinar, em certa medida, não deixa de ser uma segurança a ordem pública. Quando o *Jornal do Povo*, em Itajaí apresentou, em uma página inteira, a nova organização prisional da cidade, ele apresentava uma organização da sociedade disciplinar, ele dizia nas entrelinhas: fiquem todos despreocupados, a estrutura carcerária que temos garante a segurança e a reeducação dos indivíduos que precisam ser reenquadrados. A velha estrutura panóptica ainda era eficiente, cada um em seus lugares, serão inspecionados, reeducados, e devolvidos para o social ao final do trabalho.

Do silêncio à publicidade da questão houve uma longa história. A obra *Estação Carandiru* marcou essa história ao apresentar uma estrutura da sociedade disciplinar em crise. Ao mesmo tempo, a mídia deu visibilidade as contínuas rebeliões em diversos espaços carcerários em todo território nacional. Essa mesma mídia ainda tenta fazer o que o articulista do *Jornal do Povo* fez em 1986, em Itajaí. Ela tenta apresentar os novos espaços de reeducação: prédios protegidos de sinais de celulares, imunes a construções de túneis, alta tecnologia em vigilância em vídeo... mas, ela não é capaz de nos convencer de que a sociedade disciplinar ainda funciona... já foi decretada publicamente sua falência, e o próprio Foucault sabia de sua brevidade! Deleuze afirma essa crise contemporânea quando escreve:

1 Trabalho apresentado na Sessão de Temas Livres, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as **sociedades de controle** que estão substituindo as sociedades disciplinares. "Controle" é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virillo também analisa sem parar as formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado¹⁴.

Sobre essas instituições em crise – a caracterização da sociedade de controle – a mídia outras vez, silencia. Por um lado, ao falar das rebeliões, é dada a visibilidade da crise de um espaço prisional que não cumpre seu pretenso papel de reeducar. Por outro lado, ao mostrar novas instituições, reforça a crença na instituição fechada como saída para a questão. Sobre o efeito dessas instituições em crise, no corpo dos sujeitos infratores, que opera como a duração do confinamento, ainda existe o silêncio.

1.2 Os efeitos da crise da sociedade disciplinar nos corpos de mulheres em liberdade condicional em Itajaí/SC

Sandra¹⁵ fumava e contava histórias enquanto trabalhava no tear. Uma delas só foi entendida pelas veteranas, as novatas não podiam sentir aquela emoção. Ela contou que, quando foi presa pela primeira vez, cumpriu pena por alguns meses e ganhou liberdade

¹³ VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandirú**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁴ DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 219

¹⁵ Todos os nomes de mulheres, presidiárias ou ex-presidiárias, apresentados nesse trabalho são fictícios a pedidos das entrevistadas.



condicional. Foi ao Fórum, com seu advogado, e, depois, se viu na calçada sem saber para onde ir. Perdida, sem direção, tinha medo de falar com as pessoas e não saber mais como falar e de ser percebida como uma presa pela sua fala. Desesperada, e com o coração disparado, foi andando, apressadamente até o portão do presídio, pediu para entrar, pois não sabia o que fazer com a liberdade. Não sabia mais viver de outra forma. Relatou sua sorte; encontrou uma amiga que saía do presídio, após uma visita ao companheiro, e esta a levou para casa. Aos cuidados da amiga, ela diz ter ficado, por alguns meses, sem sair na rua, tamanha era o medo de ser julgada pelos outros.

As novatas riam dela, aquilo não era possível! E as veteranas afirmavam como é difícil voltar ao *normal*, se sentir não prisioneira. O tempo que Sandra ficou presa foi o suficiente para serem inscritas, em seu corpo, as leis jurídicas que afirmaram ser ela uma mulher que não poderia estar no social. Além disso, foram inscritas também as leis prisionais, as regras de um outro mundo, a língua de outro grupo, sobrepondo àqueles adquiridos desde seu nascimento.

Goffman, ao trabalhar com *estigma*, explica que este conceito está intimamente ligado aos padrões que grupos sociais elegem como identidades sociais, e essas possuem atributos desejáveis pelo grupo, que constituem uma certa normalidade. No momento de impacto com o outro, a diferença – ou o atributo que ela possui e que não está dentro do padrão de normalidade e aceitabilidade –, é um *estigma*. Sandra sabia que possuía vários estigmas em seu corpo. Alguns possíveis de serem detectados como pertencentes a uma certa criminalidade, outros completamente impossíveis de serem associados à prisão por uma pessoa que não conhece a prisão. A fala de Sandra era carregada de gírias comuns nas relações de tráfico, ela sabia disso e tinha medo de falar. “É a sensação negativa do primeiro beijo escondido. Só a gente sabe que fez, mas acha que todo mundo vai saber quando a gente abrir a boca”¹⁶.

Maria e Mirtes são responsáveis por uma casa que acolhe as mulheres recém-saídas da prisão. Elas são ajudadas por uma voluntária que montou a casa e auxilia em contatos e vendas de artesanatos – entre eles, o papel reciclado é o principal. Elas se lembram do período da prisão com muita tristeza. Na verdade, elas não querem lembrar que um dia estiveram

¹⁶ Entrevista gentilmente concedida por Maria, no dia 20 de agosto de 2002.

presas. “Sabe, assim, de vez enquanto, eu até esqueço que aquilo tudo passou. Tô trabalhando e quero esquecer, parece que foi assim, tudo um pesadelo”¹⁷.

Maria e Mirtes foram recortando suas lembranças e construindo sua memória e, para isso, esquecendo fatos. Nesta *intuição*¹⁸, no momento da *duração* e dos recortes não sabemos o que foi esquecido. A *percepção* subtraiu cenas inteiras ao destacar detalhes privilegiados pela intuição. O que é apresentado com clareza são os momentos em que elas dão forma medular a esses cortes, determinam movimentos a eles e, durante a entrevista, os exprimiram, corporificando-os. Elas estavam imensamente tímidas! Talvez se não fosse a possibilidade de ver um trabalho falando sobre elas, não teriam dado a entrevista. Os olhos se perdiam na oficina de artesanato, os ombros caídos como quem carrega um fardo pesado, um sorriso tímido, trêmulo e nervoso escapava dos lábios uma vez ou outra.

Mirtes relatou o momento de sua prisão. “Eu lembrava disso com detalhes, todos os dias na cadeia. Agora estou tentando esquecer, mas é difícil. Já encontrei com o policial que me prendeu, ele passou assim e fez que não me viu... quem bate esquece”¹⁹. As cenas tinham movimento, enquanto ela descrevia, e a entonação de voz ia, progressivamente, elevando-se até um ápice que expressava a raiva contida: “a policial veio comprar e eu vendi. Foi em flagrante. Meu mais velho viu tudo! Eles me algemaram, me bateram, eu caí no chão e eles me chutaram. Não precisava nada daquilo, eu não reagi, não fiz nada, o que eu podia fazer? Meu filho viu tudo! Meu filho viu tudo”²⁰! Uma lágrima veio, teimosamente, como se não fizesse parte da cena. Ela estava contando da mãe forte, que não podia sofrer, nem chorar perto do filho, mas o corpo denunciava outro registro... ela estava imensamente fragilizada! Em liberdade condicional, Mirtes agora luta contra as grades de seu próprio corpo. Um câncer foi construído durante todo tempo de prisão. Ela diz:

[...] eu não devia ter feito isso com os meus filhos. O pai deles já foi preso quatro vezes, agora diz que vai se endireitar, vamos ver. Mas quando eu caí, o que era para ele fazer? Parar com tudo, não acha?

¹⁷ Ibid.

¹⁸ DELEUZE, Gilles. **O Bergsonismo**. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: 34, 1999. Para Bergson a *intuição* não está ligada ao sentimento e à inspiração, mas a um método simples e, ao mesmo tempo, constitutivo de uma multiplicidade de considerações intimamente ligadas à *duração* e à *memória*.

¹⁹ Entrevista gentilmente concedida por Mirtes, no dia 20 de agosto de 2002.

²⁰ Ibid.

Para cuidar dos meninos. Não. Caiu meses depois, está preso até hoje. Os meninos ficaram com a minha mãe, e meu mais velho está muito revoltado²¹.

Investida de uma responsabilidade materna, ela vive com os filhos. Não voltou ao bairro que morava, alugou a antiga casa e agora mora nas dependências da oficina de artesanato. O mais velho, hoje com 14 anos, não pode sair na rua, a menos que seja para ir à escola e aos cursos que frequenta. “Tenho muito medo que eles se envolvem com más amizades”²².

O medo que Sandra narrou para as amigas está presente na vida de Maria e Mirtes ainda hoje, há mais de um ano que saíram da prisão. Medo de serem reconhecidas como ex-presidiárias, medo da polícia, medo de serem abordadas por traficantes que as conhecem, medo do mundo. É a própria duração de uma estrutura carcerária no corpo dessas mulheres, é a sociedade de controle. “O mundo ficou maior para mim”²³.

Quando tinha uma semana que eu estava aqui fora, eu tava no ponto de ônibus, aí passou uma viatura. Imagina! Eles nem me viram... e eu tremia de medo... levantei assim e entrei na loja rápido. Eu não tava fazendo nada, mas tive medo de ser pega²⁴.

Eu nem saía de casa no início. Depois comecei a ir na padaria... correndo... ia e voltava correndo. Depois a gente precisa cuidar da vida né, aí eu fui saindo mais. Mas eu não gosto de ir na rua até hoje²⁵.

Maria e Mirtes são exemplos de reinício de vida, do ponto de vista do trabalho. São ajudadas pelo trabalho voluntário e não podem ser pinçadas como amostras de realidade. A casa é aberta para todas ex-presidiárias, mas onde elas estavam? Mirtes comenta que é difícil quem realmente consegue mudar o rumo da vida. Ali sempre há muita encomenda de papel, elas trabalham todo o tempo, e “serviço não falta”. Explica que o tráfico oferece boas condições de vida. “Mas o que o diabo dá, ele tira. Mas as pessoas não entendem isso né. A

²¹ Ibid.

²² Ibid.

²³ Entrevista gentilmente concedida por Maria, no dia 20 de agosto de 2002.

²⁴ Ibid.



gente sai de lá com raiva, sem dinheiro...”²⁶. Em outras palavras, o presídio não cumpre sua função de reeducação, de reenquadramento na sociedade. Apenas agrava o problema, acrescentando um estigma, anexando medos, traumas e culpas inexistentes até então. Essa instituição está em crise, mas além de dar publicidade a isso e preciso comunicar os efeitos dela nos corpos das pessoas que passam por esses espaços. O que estariam fazendo Maria e Mirtes se não tivessem aquela oportunidade? “Não tem como fichar a carteira na condicional”, explica Maria ao traçar a dificuldade de reiniciar a vida.

Fica uma pergunta: Se, utopicamente, existissem empregos para todos, e essas mulheres fossem facilmente absorvidas pela necessidade de mão-de-obra, que segurança, equilíbrio e condições emocionais elas teria para executar qualquer função?

Sabe, a gente fica perdida. Eu morei em Itajaí a vida toda, quando saí de lá não sabia nem pegar o ônibus. O primeiro ônibus que peguei entrei pela porta da frente, o motorista me chamou a atenção e passei a maior da vergonha, voltei e entrei pela outra porta... todo mundo ficou olhando... Eu peguei o ônibus errado, não sei como fui parar na Beira Rio, aí desci e liguei para a Shirlei, (voluntária da casa) e disse: olha estou perdida e não sei como chegar aí. Coitada, ele pegou o carro e foi me buscar. Eu chorei um monte. A gente se sente um nada²⁷.

O período de prisão a fez sentir insegura, inútil e desesperada! Existe vida pós-prisão? Sim, o pulso ainda está lá, a vontade ainda está lá, mas a segurança, a autonomia e a destreza mínima comum em situações normais de vida... estas morreram... ou foram asfixiadas e rebatem para sobreviver.

²⁵ Entrevista gentilmente concedida por Mirtes, no dia 20 de agosto de 2002.

²⁶ Ibid.

²⁷ Idem.